



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141462 - RS (2021/0013781-6)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS PORTELA (PRESO)  
**ADVOGADO** : FÁBIO JÚLITON ZAION GONÇALVES - RS104420  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS PORTELA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (HC n. 70084482884).

O recorrente foi preso em flagrante por suposta prática dos delitos de tráfico de drogas, porte ilegal de arma de fogo e associação para o tráfico, sendo a prisão em flagrante convertida em preventiva.

Sustenta o recorrente a carência de motivação idônea para a segregação cautelar, bem como a sua desproporcionalidade, ao argumento de que, diante da pequena quantidade de droga apreendida, "existem medidas outras suficientes a evitar a reiteração delitiva, considerando tanto o fato de (...) ser idoso e tecnicamente primário, como de o crime, apesar de grave, ter sido cometido sem violência ou grave ameaça à pessoa" (e-STJ fl. 131).

Destaca a necessidade de substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar, nos termos da Recomendação CNJ n. 62/2020, tendo em vista que é idoso, integrando, pois, o grupo de risco para contágio pelo novo coronavírus.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da liberdade, com aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

É, no essencial, o relatório.

Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, constata-se, em uma análise preliminar do feito, que a prisão do recorrente foi devidamente fundamentada com base em elementos concretos dos autos a comprovar a necessidade da custódia cautelar para garantia da ordem pública e para evitar a reiteração delitiva. A propósito, confira-se o que consignou o magistrado de primeira instância (e-STJ fl. 11):

*(...) o argumento da defesa de que era pequena a quantidade de drogas, não evidenciando, assim, a mercancia, não convence. E isso porque, além da droga, há anotações de movimentação financeira da própria atividade criminosa, demonstrando que objetivavam o tráfico. Destaca-se, também, que é normal que traficantes sejam encontrados com pouca quantidade de droga, justamente porque pretendem alegar serem usuários. Aliás, cotejando todos os elementos desse expediente, é possível concluir pela intenção de tráfico.*

*Necessária, pois, a prisão para a garantia da ordem*

*pública, fulcro no art. 312, do CPP, a fim de evitar o cometimento de outros delitos, sobretudo porque medidas cautelares diversas não seriam suficientes para inibir a atuação dos acusados, sobretudo porque **há indícios de forte imersão dos flagrados em atividades criminosas e, por conseguinte, risco à ordem pública**, cuja neutralidade não pode se dar por medidas cautelares diversas da prisão.*

A Corte estadual, por sua vez, destacou (e-STJ fl. 117):

*(...) tal fato não restou isolado na vida do paciente, que ostenta condenação provisória pelo crime de tráfico ilícito de entorpecentes (056/2.17.0000991-2), o qual, em tese, igualmente restou cometido em sua residência, o que denota a subsistência da possibilidade de que, efetivamente, utilize do seu domicílio para praticar ilícitos penais. Além da pré-existência de sentença penal condenatória, observa-se que o paciente responde a outros dois processos, um deles por tráfico de drogas e associação (056/2.18.0000180-8) e o outro por ameaça (056/2.10.0000582-5).*

*No que tange à condenação provisória acima referida, verifico ter sido a sentença penal condenatória proferida em 09/03/2020, sendo que o fato em questão foi perpetrado em 2016. Assim, vê-se que, nada obstante ter sido condenado pela prática de crime grave, no qual lhe foi imposta a pena de 05 anos de reclusão, a ser cumprida em regime inicial semiaberto e 500 dias-multa, à razão unitária mínima-legal, o paciente voltou, em tese, a perpetrar ilícitos, o que denota ser imperiosa, ao menos por ora, sua manutenção junto ao cárcere.*

Outrossim, no que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o recorrente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à Covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento onde está segregado do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, o recorrente não demonstrou a flagrante ilegalidade do acórdão atacado, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fls. 120-121):

*(...) o fato de JOSÉ possuir 63 anos de idade, isoladamente, não é elemento hábil a justificar a revogação da prisão, com fulcro na pandemia do Coronavírus. Isso porque, da documentação carreada pelo impetrante, sequer consta indicação de eventual*

*doença portada pelo paciente, não subsistindo comprovação de que JOSÉ seja soropositivo, portador de tuberculose, câncer, doenças respiratórias, cardíacas, imunodepressoras ou outras suscetíveis de agravamento a partir do contágio pelo COVID-19, que não possam ser tratadas no interior do estabelecimento prisional.*

*Portanto, a alegação genérica do risco de contágio pela pandemia por ser idoso, per si, não autoriza a substituição da prisão preventiva pela domiciliar.*

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência